

## Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Salvador

Data: 09/09/2025

Local da realização da atividade: IPHAN Bahia – Casa dos Sete Candeeiros

Relator: Felipe Decrescenzo e Beatriz Ulloa

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para: [snpc@iphan.gov.br](mailto:snpc@iphan.gov.br)

<b>Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada</b>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Ausência de profissionais com formação especializada no campo do patrimônio e órgãos voltados ao tema nos municípios do interior	Possibilidade de articulação com estruturas do Estado para fortalecimento da atuação municipal através de ações de capacitação para gestores e legisladores, bem como para incentivo à implantação de órgãos e legislações de patrimônio
Reconhecimentos pelo legislativo, por lei, que desconhece o que é o patrimônio cultural e que não gera efeito de proteção	Comprometimento, no plano nacional, dos órgãos voltados ao patrimônio para garantir a continuidade e efetividade das ações planejadas
Risco de silenciamento e apagamento dos detentores por falta de participação	Atuação de forma sistêmica, dialógica e conjunta entre as instituições
Dificuldade com os fluxos e procedimentos para a realização de intervenções por necessidade de maior articulação com corpo técnico do IPHAN	Realização de eventos em espaços públicos para divulgação e valorização do patrimônio local
Trabalhar a transdisciplinaridade, unindo os conhecimentos tradicionais/populares com o conhecimento do poder público e academia, por meio de linguagem acessível	Fortalecimento dos conselhos para debate e construção de políticas públicas
Falta de “musculatura” dos órgãos públicos, não somente ligados ao patrimônio, em especial nos municípios menores	Maior capacidade de atuação do Estado e do privado a partir da criação de regramentos mais claros
Quadro técnico reduzido, embora competente, nos órgãos de patrimônio, que vêm cada vez mais perdendo servidores	Inclusão da Educação Patrimonial no currículo escolar, de forma interdisciplinar e, sempre que possível, com a participação dos detentores

Necessidade de dar maior clareza aos regramentos urbanos e patrimoniais, com maior participação da sociedade	Identificar os patrimônios com os agentes culturais atuantes nos territórios por meio de inventários participativos
Falta de investimento público e de interesse das empresas públicas e privadas em patrocinar ações no patrimônio	Ampliar a noção de identidade cultural brasileira com os aportes da luta antirracista
Identificar o que é patrimônio para cada comunidade a partir do seu território, para além das áreas centrais	Também incorporar a sociedade frente às suas próprias responsabilidades na preservação do patrimônio
Falta de diálogo com os detentores e com a sociedade para a realização de ações efetivas de preservação e salvaguarda	Identificar e difundir ações espontâneas de preservação e salvaguarda do patrimônio realizadas pela sociedade civil, mesmo não relacionadas a bens patrimonializados
Olhar para o patrimônio de forma global, sem esquecer os bens culturais afro-brasileiros, indígenas e as culturas do interior	Identificar e difundir ações de preservação e salvaguarda do patrimônio realizadas pelo poder público
<b>Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização</b>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Dificuldade em atender aos diferentes regramentos dos órgãos, muitas vezes divergentes em relação ao mesmo objeto	Inserção do tema do patrimônio no currículo escolar, fortalecendo a educação
Ausência de escuta às comunidades	Formação de banco de dados sobre arquitetos, proprietários hipossuficientes, para além da realização de parcerias com universidades
Falta de recursos financeiros para a continuidade do funcionamento dos conselhos gestores	Resgate de memórias esquecidas
Falta de acessibilidade das comunidades ao mundo digital	Evidenciar cartografias participativas e escutas ativas que mapeiem valores culturais
Ausência de capacidade técnica dos municípios para executar ações de preservação do patrimônio	Dar suporte técnico aos municípios para que possam conceber e executar políticas públicas voltadas ao patrimônio
Trazer os detentores para dentro da discussão sobre a patrimonialização	Maior capacidade deliberativa dos conselhos gestores

Dificuldade de dialogar com todas as representações do poder público	
Conselhos criados sem atuação efetiva	
<b>Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade</b>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Falta de trabalho em rede - Atuação desarticulada entre setores do poder público	Implantar a política de patrimônio cultural em rede, articulando poderes públicos, nas três esferas (federal, estadual e municipal) e sociedade civil
Falta de fomento à sustentabilidade das comunidades tradicionais e povos originários	
Apagamento/silenciamento das comunidades tradicionais e povos originários	
Excesso de burocracia envolvida na participação dos detentores e outros agentes (ex: participação em feiras, necessidade de carteirinha)	Criar estratégias para viabilizar maior participação em eventos e outras atividades que possibilitem geração de renda com vista à sustentabilidade econômica
Decolonizar, aquilombar, indigenizar, acampenizar	Pensar em uma formação de mercado consumidor consciente, voltado a entender o tempo, processos e riquezas da identidade das artes produzidas – tanto para produtos quanto para performances e outras expressões
Ações inconsequentes de exploração do território e seus impactos às comunidades tradicionais e ao patrimônio cultural	Necessidade de atuação transversal e interseccional – patrimônio, economia, cultura, turismo, etc
Descontinuidade na transmissão de saberes	
Descentralização de polos de desenvolvimento econômico	Elaboração de plano integrado, partindo do território para as políticas federais bem como o sentido inverso. Ex: aquisição de alimentos de comunidades quilombolas
Risco de apropriação cultural dos saberes tradicionais	Garantir a propriedade intelectual de comunidades tradicionais
Como lidar com a questão da hipossuficiência?	Criar mecanismos de incentivo que atendam aos proprietários de imóveis, em especial para atendimento às questões de

	combate à incêndio, acessibilidade, e novas necessidades
	Garantir orçamento para Cultura
	Pensar em editais, como o Prêmio Rodrigo Melo, de modo territorializado, como estratégia de incentivo local, buscando aumentar o número de contemplados
	Pensar em editais de ações continuadas e fortalecimento das ações em rede, a exemplo da rede das Cheganças, Samba Chula e outros
	Atuação do poder público como ponte entre representantes dos bens culturais e empresas e particulares que possam incentivar economicamente a promoção do patrimônio
	Criação de linhas de crédito para incentivos às intervenções
<b>Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática</b>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Impactos às comunidades tradicionais, especialmente ilhéus e outras áreas ribeirinhas	Identificar e aprender sobre as práticas das comunidades tradicionais para a formação de políticas e estratégias de adaptação frente à emergência
Impacto às moradias e demais ocupações em áreas de encosta (ex: Centro Histórico de Salvador)	Elaboração de planos de adaptação climática através de um trabalho intersetorial e pluridisciplinar
Ação do homem como acelerador das mudanças climáticas – Como pensar em estratégias mais compatíveis ?	Pensar no patrimônio não apenas como vítima mas como gerador de novos modelos de ação sustentável, como referência cultural, também pela qualidade dessas boas práticas da relação do homem com ambiente
Falta de clareza do entendimento de “mudanças climáticas” que limita uma visão mais ampliada sobre suas consequências e medidas necessárias	Pensar em emergência climática em atenção aos impactos e necessidades de cada território em seus diferentes biomas.
	Tratar do “letramento climático” com vista a mobilização de sociedade civil e institui-

	ções
Vulnerabilidade das políticas frente à falta de articulação com as questões climáticas	Estabelecer um diálogo mais efetivo entre os órgãos envolvidos em licenciamento ambiental e aproximação com a sociedade civil
Políticas e ações do poder público que não reconhecem os diferentes elementos que integram o ecossistema	Integrar saberes ancestrais nos instrumentos de gestão patrimonial, reconhecendo a Governança Espiritual como eixo de ação climática e justiça territorial
Ameaças ao patrimônio imaterial, celebrações, etc	Evidenciar cartografias participativas e escutas ativas que mapeiem valores culturais, vulnerabilidades e estratégias locais de adaptação
	Aproximação dos órgãos de patrimônio na elaboração dos planos de contingência relacionados às barragens, por exemplo
	Realização de ações integradas entre órgãos de patrimônio e instituições que lidam com gestão de risco, visando a conscientização e outras medidas preventivas (capacitações, compartilhamento de contatos por região, etc), contemplando diferentes faixas etárias
Falta de espaços de escuta e participação social na elaboração de projetos e execução de obras de grande porte, especialmente	